

## Ana Rita Costa Gomes

É psicóloga e especialista em psicopedagogia

/// O aluno entra na sala de aula levando consigo, mais do que lápis e cadernos, o que vem recebendo por intermédio dos meios

### Escola defasada

O aluno de ontem não é o mesmo de hoje. Na escola do passado, havia abismos separando estudante e professor. O conhecimento era privilégio dos que tinham acesso aos livros, numa cultura essencialmente letrada. As experiências do aluno ao chegar na escola estavam restritas às suas vivências familiares.

De lá para cá, pode-se afirmar que houve uma revolução nos modos de ver, pensar, sentir e aprender. O estudante que dependia da escola para passar a fazer parte do mundo já não existe. A senha de acesso é concedida hoje muito antes pelos meios de comunicação e pelas tecnologias. E, diga-se de passagem, o acesso é muito mais “lúdico”

O aluno entra na sala de aula levando consigo, mais do que lápis e cadernos, o que vem recebendo por intermédio dos meios. Para evitar um descompasso no ensino-aprendizagem, que leva a escola a estar cada vez mais distante da vida do aluno e, por isso, cada vez mais longe de contribuir na formação de cidadãos e de sujeitos, é preciso se abrir ao “novo aluno”, à “nova família”, às novas demandas deste mundo em transformação.

E é neste lugar que deveria estar a escola, sendo um instrumento de mediação, ca-

paz de auxiliar o aluno no processo de decodificação das mensagens e do sem número de informações recebidas de tantas fontes. Vale ressaltar que a sala de aula não é um outro em relação ao mundo. O aluno leva para a escola o que vive fora do ambiente escolar. Na prática, significa dizer que os meios estão na escola, mesmo que não tenham entrado pela porta da frente, com o aval da instituição.

Paulo Freire, ao pensar o processo educacional, deixa claro a noção de que educar deve ser preparar para a autonomia. Ele defende que a relação ensino-aprendizagem tem que contribuir para romper o que considera o “mutismo” do brasileiro ou, o que, mais tarde, passaria a chamar de cultura do silêncio, uma herança de nossa história colonialista e de dominação.

O passado, como não poderia deixar de ser, deixou suas marcas no presente e serviria para explicar, segundo o autor, a inexperiência democrática nacional, algo sobre o que vale a pena pensar num ano eleitoral. Freire explica que o mutismo não significa a inexistência de resposta. Mais do que isso, é a resposta a que falta teor crítico. A educação, assim, deveria ser o caminho para romper a relação de opressão e substituí-la pela autonomia.

Uma pedagogia que se fundamenta na comunhão entre educador e educando, que deixam de ser separados pelos abismos da dominação e da hierarquia presentes nas relações e reproduzidas pela escola. Uma pedagogia onde o educador também é educado ao se abrir às experiências do educando.

## Arlindo Villaschi

É professor associado de Economia da Ufes

/// Em outras “copas” o país continua sendo um perdedor contumaz. A prioridade pela educação, por exemplo, continua uma questão de retórica eleitoral

### Bola rolando

O início de uma competição com as dimensões da Copa do Mundo de futebol traz à memória eventos do passado que resultaram tanto em vitórias retumbantes quanto em derrotas avassaladoras. Impossível para quem ouviu a narração do Brasil x Suécia em 1958 esquecer o frio na barriga provocado pelo primeiro gol do adversário, mas que foi mais do que compensado pelo elástico placar final. Como do outro lado tem sempre um outro lado, há que se lembrar da tristeza pela derrota no jogo final da Copa de 1950; e de outros resultados negativos entrando sala adentro através das transmissões pela TV.

Para cada um desses acontecimentos existem explicações mais ou menos emocionadas, mas é sempre possível apontar fatos que contribuíram tanto para vitórias quanto para derrotas. Se no futebol podemos identificar razões para o sucesso e motivos para o fracasso, na economia também devem ser procuradas raízes para o desempenho melhor ou pior do país em outras competições internacionais.

A bem elaborada política de combate à inflação do Plano Real trouxe para o Brasil o reconhecimento internacional

pela conquista da estabilidade de preços depois de inúmeros fracassos. A simplicidade e engenhosidade do programa de transferência condicionada de renda do Bolsa-Família geraram admiração no mundo pela maneira como inúmeros brasileiros passaram a ser incluídos no mercado de consumo e pelo que pode resultar socialmente dos condicionantes de educação e saúde.

Em outras “copas” o país continua sendo um perdedor contumaz. A prioridade pela educação, por exemplo, continua majoritariamente uma questão de retórica eleitoral. Perdido o jogo de atração e retenção de jovens para a aventura do saber e do conhecimento, é crescente a chance de ficarmos com taças de violência social e de baixa competitividade econômica.

Mais sutil, porque quase ausente no debate nacional, são as perdas de janelas de oportunidades que a formação socioeconômica brasileira vem sofrendo pela falta de políticas públicas em áreas como a da competência para inovar e como a de melhor utilização de sua biodiversidade. Por isso, independentemente do resultado da Copa que agora começa – que a “pátria de chuteiras” ganhe uma vez mais! –, tomara que o embate eleitoral no pós-campeonato mundial suscite o necessário debate sobre o que deseja a sociedade brasileira conquistar na competição internacional da inclusão social e da competitividade econômica, com valorização do meio ambiente.

## Haroldo Corrêa Rocha

É economista e ex-secretário de Estado da Educação

/// Novo Plano Nacional de Educação é um grande avanço, porém mais recursos não garantem qualidade

### Um choque de gestão na educação brasileira

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 3 de junho o II Plano Nacional de Educação, que vai orientar a educação brasileira nos próximos dez anos. O PNE resultou de intensa luta de diversas entidades da sociedade civil organizadas na Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A proposta original do II PNE foi enviada à Câmara em 15.12.2010. Foram necessários três anos e meio para sua aprovação final. Este novo PNE constitui-se num avanço

em relação ao I PNE, pois apresenta um conjunto reduzido de 20 metas que poderão ser efetivamente monitoradas e cumpridas. Espera-se que em 2024 a educação brasileira seja internacionalmente reconhecida como de excelência em todos os níveis, da creche à pós-graduação.

A meta 20 foi a mais polêmica e estabeleceu a obrigatoriedade de investimento em educação de 7% do PIB até 2019 e 10% até 2024. O Brasil investiu

4,7% em 2000 e 6,4% em 2012. Os países da OCDE investem em média 6,3% do PIB. Os que mais investem são Islândia (7,8%), Noruega/Suécia (7,3%) e Finlândia (6,8%). O Reino Unido investe 5,6% e os EUA, 5,5%. O investimento brasileiro já é expressivo e se tornará o maior do planeta. Se atingirmos o previsto no II PNE, será para o mundo um exemplo de prioridade para a educação.

Três observações críticas são necessárias. A primeira é que a meta 20 é factível, mas os recursos adicionais não estão vinculados, não havendo, portanto, garantia de alocação de mais 4% do PIB para investimentos em educação. Os recursos do pré-sal, recentemente vinculados à educação, deverão gerar um aporte adicional de 0,7% do PIB, sendo

necessários outros recursos para se atingir a meta estabelecida no II PNE.

A segunda é que, embora sejam necessários mais recursos para a educação, deveríamos primeiro cuidar de melhorar a qualidade da gestão dos recursos já disponibilizados, eliminando o desperdício e os gastos de baixo impacto na qualidade da aprendizagem. A educação pública no Brasil precisa de um choque de gestão.

Por fim, cabe registrar que a melhoria da qualidade da educação não será alcançada apenas com mais investimentos. Será necessário também aprimorar a gestão pedagógica das escolas, revolucionar a formação dos professores e perseguir metas ousadas de melhoria da aprendizagem. Os desafios são enormes, mas estamos no caminho certo.